

A PERCEPÇÃO DO PROFESSOR SOBRE A FORMAÇÃO DOCENTE EM EAD EM UMA CIDADE NO SUL DE SANTA CATARINA

THE TEACHER'S PERCEPTION ABOUT EDUCATION AND CAREER IN A CITY IN THE SOUTH OF SANTA CATARINA

Vitória Fernandes Danielski¹
Miryan da Cruz Debiasi²

Resumo: A formação de professores na modalidade de Educação a Distância – EaD tem sido o formato hegemonicamente procurado entre os estudantes brasileiros de licenciaturas. Nesse sentido, o presente trabalho teve por objetivo a análise da percepção do professor sobre a formação docente em EAD. A metodologia utilizada para a pesquisa foi uma abordagem qualitativa. Em relação aos procedimentos, a pesquisa exploratória utilizou, como instrumento de pesquisa, um questionário com sete perguntas, sendo uma pergunta semiaberta e cinco perguntas abertas, aplicado aos professores de uma escola estadual localizada no Sul de Santa Catarina. Os resultados evidenciaram a preferência dos professores entrevistados pela formação presencial, destacando a interação e a troca de experiências como fatores valiosos para a formação inicial e salientando que, na modalidade EAD, apesar de algumas vantagens, como a flexibilidade de horários, falta interação, troca de experiências e a qualidade de ensino oferecida emerge como um dos grandes desafios.

Palavras-chave: Formação de professores. Formação Inicial. Ensino Presencial. Educação a distância. Educação Básica.

Abstract: Teacher training in the form of Distance Education – EaD has been the format hegemonically sought after among Brazilian undergraduate students. In this sense, the objective of this work was to analyze the teacher's perception of teacher training in distance learning. The methodology used for the research was a qualitative approach. Regarding procedures, the exploratory research used as a research instrument a questionnaire with seven questions, one semi-open question and six open questions, applied to teachers at a state school located in the south of Santa Catarina. The results highlighted the preference of the interviewed teachers for face-to-face training, highlighting interaction and exchange of experiences as valuable factors for initial training and highlighting that, in the distance learning modality, despite some advantages such as flexible schedules, there is a lack of interaction, exchange of experiences and the quality of education offered emerge as one of the biggest challenges.

¹ Centro Universitário Barriga Verde – Unibave E-mail: chicafernandes@hotmail.com

² Centro Universitário Barriga Verde – Unibave. E-mail: miryandebiasi@gmail.com

Saberes Pedagógicos, Criciúma, v. 8, n°2, julho/dezembro - 2024.– Curso de Pedagogia– UNESC

Keywords: Teacher training. Initial formation. In-person teaching. Distance education. Basic education.

1 INTRODUÇÃO

A modalidade de Educação a Distância (EaD) no Brasil está em constante crescimento. Conforme Pereira e Rodrigues (2021), os avanços tecnológicos estenderam-se para a educação e, com o aumento da procura por cursos superiores, surgiu a necessidade de flexibilidade dos recursos oferecidos pelas instituições. Para os autores, essa modalidade de ensino, sobretudo com o acesso e uso da *internet*, proporcionou a realização de estudos, pesquisas e a formação da sociedade por meio de conhecimentos que podem ser adquiridos em espaços e tempos diferentes, de forma flexível.

Na década de 1990, diversas iniciativas de formação de professores foram propostas na modalidade EaD. Segundo Mugnol (2009, p. 344), “com a disseminação das tecnologias de informação e de comunicação começaram a surgir os programas oficiais e formais de EaD. Esses programas eram voltados para a formação continuada de professores da rede pública de ensino”.

Uma pesquisa realizada pelo instituto Todos pela Educação (2022) indicou que 6 em cada 10 alunos que concluíram a formação inicial de docentes (Pedagogia e Licenciatura) o fizeram na modalidade a distância. Um estudo divulgado pelo Ministério da Educação – MEC (Brasil, 2022a) aponta que “entre 2011 e 2021, o número de ingressantes em cursos superiores de graduação, na modalidade de educação a distância (EaD), aumentou 474%”.

Diante desse cenário, elencamos como problema de pesquisa: qual a percepção do professor sobre a carreira e a formação em EAD? Como objetivo geral da pesquisa, definimos: analisar a percepção do professor sobre a formação docente em EAD. As mediações necessárias foram articuladas pelos objetivos específicos, sendo assim definidos: a) apresentar a trajetória histórica da formação de professores; b) levantar a percepção dos professores sobre a formação em EAD; c) elencar os pontos positivos e negativos da formação em EAD, na visão dos professores investigados.

Portanto, na próxima seção serão apresentados aspectos que discutem a formação do professor no país no século XX e a formação de professores em EAD. Na sequência, apresentamos os procedimentos metodológicos, seguidos da discussão dos resultados da pesquisa empírica. Por fim, apresentamos as considerações finais do estudo, nas quais estão dispostas as criticidades e reflexões conforme as experiências da pesquisa.

2 A FORMAÇÃO DO PROFESSOR NO BRASIL: BREVES APONTAMENTOS

Assuntos relacionados à formação do professor têm sido pauta de muitos debates, sobretudo a partir de meados dos anos de 1970, disparando nos vinte anos seguintes. Para tanto, é pertinente entender que, posteriormente a esse período, já na década de 1990, houve a implantação das Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), no ano de 1996, momento em que a temática começou a ganhar mais evidência.

Para Libâneo (2004), de modo geral, a formação do professor no século XX se pautou, sobretudo, em ensinar, ou seja, transmitir o conhecimento em sala de aula. Nesse cenário, ainda havia preocupação em formar docentes capacitados para atuarem no ensino básico, com consequente evolução para atuação no ensino superior.

Romero (2016, p. 11) relata que, no início do século XX, a preocupação com a formação dos professores leigos passa a ser uma constante, tendo em vista que lecionavam para o ensino secundário³. Em suas palavras:

Eram pessoas autodidatas ou profissionais liberais, acarretando o nome de professores leigos, já que não tinham uma formação específica voltada para a docência. O ensino primário ficava a cargo, então, de pessoas que prontificavam para ensinar, sendo os professores mestres aqueles que tinham habilidades mínimas na leitura, escrita e cálculo. O ensino secundário ficou sob a responsabilidade da iniciativa privada, elitizando-o (Romero, 2016, p. 15).

³ O ensino secundário era uma iniciativa privada a qual a elite se prontificava em fornecer, sendo então, um o estágio que se segue ao ensino básico ou primário.

Para Saviani (2009), a instrução popular brasileira surgiu como um problema a ser resolvido no início do século XX, por isso surgiu o processo das Escolas Normais, visando à necessidade de preparar os professores para essa situação. Conforme Romero (2016, p. 17), as Escolas Normais, eram o local para a formação desses professores e se apresentavam como um campo de experimento voltado para esse tipo de formação. A Escola Nova foi intensificada no governo de Getúlio Vargas, após a criação do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

Mas, segundo Saviani (2009, p. 145), com a reforma instituída pelo Decreto n. 3.810, de 19 de março de 1932, Anísio Teixeira se propôs a erradicar aquilo que ele considerava o “vício de constituição” das Escolas Normais, que, “pretendendo ser, ao mesmo tempo, escolas de cultura geral e de cultura profissional, falhavam lamentavelmente nos dois objetivos”. Nas palavras do autor:

Para esse fim, transformou a Escola Normal em Escola de Professores, cujo currículo incluía, já no primeiro ano, as seguintes disciplinas: 1) biologia educacional; 2) sociologia educacional; 3) psicologia educacional; 4) história da educação; 5) introdução ao ensino, três aspectos: a) princípios e técnicas; b) matérias de ensino abrangendo cálculo, leitura e linguagem, literatura infantil, estudos sociais e ciências naturais; c) prática de ensino, realizada mediante observação, experimentação e participação. Como suporte ao caráter prático do processo formativo, a escola de professores contava com uma estrutura de apoio que envolvia: a) jardim de infância, escola primária e escola secundária, que funcionavam como campo de experimentação, demonstração e prática de ensino; b) instituto de pesquisas educacionais; c) biblioteca central de educação; d) bibliotecas escolares; e) filmoteca; f) museus escolares; g) radiodifusão (Saviani, 2009, p. 145).

Com a queda de Getúlio Vargas, em 1942, foi instituído o Decreto-Lei nº 8529, de 02/01/1946, com o objetivo de regulamentar o ensino primário. “No mesmo dia foi implantado o Decreto de nº 8530, que se referia à Lei Orgânica do Ensino Normal” (Romero, 2016). Esse decreto:

[...] procurou dar uma organização nacional à formação de professores, bem como regular a sua articulação com os demais tipos e níveis de ensino, tal como fora previsto pela Constituição de 1937, na qual se estabelecera que a União deveria organizar o ensino em todos os níveis do país. Como essa legislação foi fruto de um período caracterizado politicamente pelo

autoritarismo em nosso país (o Estado novo), não houve debates a respeito de seu alcance nem se discutiu qual deveria ser seu objetivo (Vicentini; Lugli 2009, p.41-42).

Para Saviani (2008), esse decreto teve três finalidades: propiciar a formação dos professores de escolas primárias; estudar e desenvolver formas específicas para a educação infantil; e habilitar os administradores escolares. Saviani destaca que:

O golpe militar de 1964 exigiu adequações no campo educacional efetivadas mediante mudanças na legislação do ensino. Em decorrência, a lei n. 5.692/71 (Brasil, 1971) modificou os ensinos primário e médio, alterando sua denominação respectivamente para primeiro grau e segundo grau. Nessa nova estrutura, desapareceram as Escolas Normais. Em seu lugar foi instituída a habilitação específica de 2º grau para o exercício do magistério de 1º grau (HEM⁴) (Saviani, 2009, p.14).

A evidência e gravidade dos problemas levaram o governo a lançar, em 1982, o projeto Centros de Formação e Aperfeiçoamento do Magistério (CEFAMs), que teve o caráter de “revitalização da Escola Normal” (Cavalcante, 1994). Esse projeto, apesar dos resultados positivos, foi descontinuado quando seu alcance quantitativo era ainda restrito, não tendo havido também qualquer política para o aproveitamento dos professores formados pelos centros nas redes escolares públicas (Saviani, 2009).

Muitas reformas foram feitas no final do século XX no que se refere à formação de professores. Conforme Fazenda (2008), após a aprovação da LDB de 1998, essa pauta tornou-se mais constante e, com a aprovação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores (DCN), em 2002⁵, houve as primeiras adaptações nos currículos de formação dos professores.

Uma das adaptações que são expressas sobre o currículo para a formação de professores consta na Resolução CNE/CP 1, de 18 de fevereiro de 2002, que “institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena.”. Já a Resolução nº 2, de 1º de julho

⁴ As Escolas de Habilitação Específica para o Magistério foram criadas no contexto em que, em nome da profissionalização do magistério, acabou-se com o chamado curso normal e criou-se a habilitação específica no âmbito do ensino profissionalizante de segundo grau.

⁵ Resolução CNE/CP 1, de 18 de fevereiro de 2002.

de 2015, “define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada”.

Em relação à carga horária dos cursos, a Resolução CNE/CP nº 2/2002 traz, em seu Art. 1º, que: “A carga horária dos cursos de Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, será efetivada mediante a integralização de, no mínimo, 2800 (duas mil e oitocentas) horas” (Brasil, 2002, cap. I, art. 1). Vale ressaltar que a carga horária para todas as licenciaturas passou a ser de 3.200 horas a partir da aprovação da Resolução de 01 de julho de 2015 (Brasil, 2015). Nestas documentações não são apresentadas nenhum tipo de informações ou orientações a serem seguidas para a formação do professor na modalidade do EAD. Portanto, percebe-se que essa modalidade de formação representa mais uma demanda do mercado do que uma proposta de formação docente instituída, que é diferente de programas para a formação em EAD também fomentados pelo governo federal, como é o caso dos cursos oferecidos pela Universidade Aberta do Brasil – UAB.

Diante disso, a formação dos professores no Brasil foi historicamente concentrando mais estudantes na modalidade Ead, seja por diversos motivos, tais como a falta de oportunidade de fazer isso de modo presencial. Sendo assim, na próxima seção trataremos sobre a temática da formação do professor em EAD.

3 A FORMAÇÃO DO PROFESSOR EM EAD

Conforme dados gerais encontrados no INEP (Brasil, 2022b, p. 2) sobre o Censo da Educação Superior, “ao todo, 40.427 cursos de graduação foram oferecidos, em 2019, entre bacharelados, licenciaturas e cursos superiores em tecnologia. Do total, 88,7% (35.898) são presenciais e 11,3% (4.529), a distância.” Tendo em vista que, nos cursos de licenciatura em EAD, encontra-se a porcentagem de 20,2% de acadêmicos ingressantes (Brasil, 2022b).

Tais dados estão em consonância com o que aponta Malanchen (2011, p. 69) “a formação de professores em Educação a Distância (EAD) tem se tornado uma temática crucial

Saberes Pedagógicos, Criciúma, v. 8, nº2, julho/dezembro - 2024.– Curso de Pedagogia– UNESC

na discussão sobre a qualidade do ensino no Brasil”. Ainda conforme a autora, é na década de 1990 que se iniciaram reformas políticas referentes à educação em questão da formação inicial de docentes, como indicamos no tópico anterior. Essas reformas tiveram por objetivo a superação de problemas como desemprego, inflação alta, diminuição do crescimento econômico e adaptação aos tempos modernos do mundo do trabalho. Por isso, essas reformas “[...] dos sistemas educacionais que ocorreram têm, nas repercussões técnicas e ético-políticas da atual reestruturação produtiva, uma importante determinação” (Neves e Fernandes, 2002 apud Malanchen, 2011, p. 71).

Em relação à Ead, Burci et al. (2017, p. 2, grifo nosso) relatam que “a primeira reforma ocorreu com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/96), quando **reconheceu a educação a distância** como uma modalidade de ensino e em seu art. 80 organizou a forma de oferta pelas instituições”. O artigo em questão indica que: o credenciamento de instituições para oferta de cursos ou programas, na modalidade a distância, para educação básica de jovens e adultos, educação profissional de nível médio e educação superior, e dá outras providências.

Um dos grandes impulsionadores em nível mundial da formação em Ead é o Banco Mundial. Tommasi et al. (1998) apud Malanchen (2011, p. 74, grifos nossos) destacam o Banco Mundial como uma agência financeira de projetos educacionais em países em desenvolvimento:

O banco sugere que os parâmetros educacionais do país sejam remodelados e deixa claro em seu documento sobre o **ensino superior que a EAD é uma forma de aumentar, com custos menores, o acesso de amplos setores da população a esse nível de instrução**. Assim, verificamos os prenúncios desse Banco que considera essa modalidade de ensino uma forma de atender a demanda, sobretudo do ensino superior, daqueles que não têm condições de frequentar uma universidade nos moldes tradicionais, ou seja, presencial.

Malanchen (2011, p. 70) denuncia que, conforme as diretrizes de Organismos Internacionais (OI), a modalidade EAD se “articula com os interesses das corporações transnacionais e têm o objetivo de garantir e potencializar o incessante movimento de acumulação do capital”. Dentre as justificativas, é uma possibilidade de ampliar as vagas e

oportunidades para todos por meio do uso das tecnologias, o que conforme Malanchen (2011, p. 75):

[...] se oferecem respostas flexíveis e personalizadas a uma diversidade cada vez maior de tipos de informação, educação e treinamento, por meio da atualização rápida do conhecimento técnico. Com essas recomendações, a EAD seria uma alternativa para o Estado no que se refere à possibilidade de expansão do ensino e racionalização de recursos, tendo em vista que a forma de ensino utilizada até então, para esses organismos, não oferecia resultados satisfatórios e, ao mesmo tempo, demandava custos que o Estado considera elevados.

Segundo Aguiar e Scheibe (1999, p. 236), “a formação de professores nesses novos ambientes estrutura-se num patamar de menor valorização”. Deste modo, complementa com a ideia dos autores que “deixa transparecer a intencionalidade de ofertar uma formação docente esvaziada de um conteúdo mais sólido teoricamente, dentro do campo de pesquisa e extensão que uma universidade deve ofertar” (Malanchen, 2011, 72). Entretanto, Hilsdorf (2015) diz que “apesar da necessidade momentânea, a modalidade a distância, não era novidade, pois a LDB de 1996 já apresentava disposições sobre a modalidade”.

Diante disso, na LDB de 1996, está descrito na seção I do artigo 80º que a regulamentação aprova que instituições de ensino públicas e privadas ofertem esse tipo de modalidade, nos seguintes níveis: educação de jovens e adultos, educação profissional de nível médio e graduação (Brasil, 1996). Para isso, os cursos e programas precisam estar em consonância com os princípios e objetivos da educação nacional, as Diretrizes Curriculares Nacionais estabelecidas pelo Ministério da Educação (MEC) e ter Referência de Qualidade para a Educação a Distância definidos também pelo MEC, tendo por objetivo o desenvolvimento e a avaliação de aprendizagem.

Belloni (2002) destaca que uns dos programas de grande porte dos governos federal ou estaduais destinados à formação de professores, dentre os quais se destacam as iniciativas mais recentes do MEC, e a primeira experiência de formação inicial de professores do ensino básico feita a distância no Brasil, aconteceu na Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Conforme o autor:

Essa experiência, realizada pela Universidade Federal do Mato Grosso, em parceria com os governos do estado e dos municípios, merece destaque por seu caráter duplamente inovador: inova na proposta curricular, totalmente voltada para as séries iniciais do ensino fundamental e não para a formação do especialista em pedagogia; e na metodologia, baseada em técnicas de educação a distância, combinadas com atividades presenciais e um sistema descentralizado de acompanhamento do estudante (Belloni, 2002, p. 126).

Portanto, podemos ver que a metodologia prevista na UFMT entra em consonância com o que se diz respeito no decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005, que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino. Em seu Art. 1º, diz:

A educação a distância organiza-se segundo metodologia, gestão e avaliação peculiares, para as quais deverá estar prevista a obrigatoriedade de momentos presenciais para: I - avaliações de estudantes; II - estágios obrigatórios, quando previstos na legislação pertinente; III - defesa de trabalhos de conclusão de curso, quando previstos na legislação pertinente; e IV - atividades relacionadas a laboratórios de ensino, quando for o caso. (Brasil, 2005, cap. I, art. 1, inc. I, II e III).

Burci et al. (2017) dizem que: “O Decreto nº 5.622/05, revogado pelo Decreto nº 9.057/17, foi fundamental na regulamentação e oferta da educação a distância no Brasil até o momento, principalmente por ter caracterizado a EaD pelo uso das tecnologias”. O desenvolvimento tecnológico e a promulgação deste Decreto contribuíram com a expansão da modalidade de ensino, afetando, sobretudo, a formação de professores.

Em uma visão mais alinhada aos preceitos de mercado, alguns autores apontam os benefícios da formação, de modo geral, na modalidade Ead. Belloni (2002) compreende a educação a distância como um “fenômeno entendido como parte de um processo de inovação educacional mais amplo que é a integração das novas tecnologias de informação e comunicação nos processos educacionais”. Na mesma direção, Levy (2020) relata que, com essa nova realidade, professores e educandos passaram a conviver intimamente com a tecnologia; no entanto, nem todos estavam familiarizados com esses recursos. “O início dessa

mudança trouxe uma experiência a ambos e para estímulo educacional, observou-se a necessidade de incluir”.

Nesse contexto, Domingues (2019, p.2) comenta que com a EAD possibilita novas formas de aprendizagem, por meio de diferentes técnicas derivadas da tecnologia e traz aspectos positivos ao contexto educacional. O autor também traz em vista que essa nova forma de ensino demonstra autonomia dos estudantes, que, por sua vez, podem definir um local, um horário flexível e se torna mais viável economicamente para estudos. No entanto, Domingues (2019, p. 5) ressalta características peculiares de alunos, como por exemplo: “atuam no mercado de trabalho e não residem em locais próximos das instituições de ensino, além de terem pouco tempo para estudar no ensino regular presencial, necessitando de um ensino mais flexível e que se encaixe em suas necessidades”.

Marques et. al (2023, p. 13) observaram quais os pontos negativos no ensino a distância e destacam: “a falta de acesso dos alunos; falta de formação dos professores para mediação do ensino com as tecnologias; falta de interação e afetividade entre professores e alunos e feedback”.

Diante disso, buscamos analisar qual é a percepção dos professores questionados sobre a formação em EAD. Em seguida, estão dispostos os procedimentos metodológicos do presente artigo.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para a realização deste trabalho, foi utilizada uma pesquisa básica, que, de acordo com Appolinário (2011, p. 146), tem como objetivo principal “o avanço do conhecimento científico, sem nenhuma preocupação com a aplicabilidade imediata dos resultados a serem colhidos”.

Com relação aos objetivos, trata-se de uma pesquisa exploratória, que, segundo Gil (2008), deseja obter respostas através do problema da pesquisa a partir de informações solicitadas pela amostra de pessoas.

Quanto à abordagem, é qualitativa, pois, segundo Denzin e Lincoln (2006), esse tipo de pesquisa envolve uma abordagem interpretativa do mundo, o que significa que seus pesquisadores estudam as coisas em seus cenários naturais, tentando entender os fenômenos em termos dos significados que as pessoas a eles conferem.

Em relação aos procedimentos da pesquisa, é de levantamento, sendo por interrogação direta aos pesquisados com apoio de questionário. Segundo Medeiros (2017), a pesquisa de levantamento é um tipo de pesquisa que se realiza para a obtenção de dados ou informações sobre características ou opiniões de um grupo de pessoas, selecionado como representantes de uma população (em termos estáticos).

O local da pesquisa foi uma escola estadual situada em um município do Sul de Santa Catarina e, por ser localizada na zona rural da cidade, é considerada uma escola do campo. A escola conta com 4 professores efetivos, 8 ACT (Admissão de professores em Caráter Temporário), 2 agentes de serviços gerais e 2 pessoas responsáveis pela parte diretiva da escola, somando um total de 16 funcionários. A escola possui 5 turmas de Ensino Fundamental I (02 no período matutino e 03 no período vespertino), 4 turmas de Ensino Fundamental II (02 em período matutino e 02 em período vespertino), sendo 09 turmas em período integral, totalizando em uma quantidade de 98 alunos.

Sobre a característica de oferta das turmas, no período matutino há somente uma turma de 3º, 5º, 6º e 7º ano. No período vespertino a escola oferta as turmas de 1º, 2º, 4º, 8º e 9º ano. Na escola, também há um segundo professor que atende uma aluna no 8º ano e uma professora que atende no Atendimento Educacional Especializado – AEE em que frequentam alunos com dificuldades no processo de alfabetização e funciona como um reforço escolar.

Quanto aos sujeitos da pesquisa, definiu-se que participaram da pesquisa todos os doze professores que trabalham na escola. Assim, foi possível se ter uma análise e visão geral do tema trabalhado com perspectivas diferentes. Deste modo, os sujeitos da pesquisa possuem as seguintes características: No Ensino Fundamental I há três (03) professoras regentes, uma trabalha com as turmas de 1º a 5º ano; b) uma outra professora com as turmas do 2º, 3º e 4º ano. No Ensino Fundamental II são sete (07) professores no total, sendo que alguns mais de uma disciplina, como, por exemplo: a) uma professora leciona as disciplinas de Inglês e

Língua Portuguesa; b) outra professora leciona das disciplinas de História e Ensino Religioso e; c) as disciplinas de Artes e Geografia são ministradas pela mesma professora.

Quanto ao instrumento da pesquisa, foi aplicado um questionário contendo 06 (seis) questões, sendo uma pergunta semiaberta e cinco abertas. Com o intuito de otimizar a participação dos envolvidos, o instrumento de pesquisa foi disponibilizado por meio da Plataforma *Google Forms*, que foi disponibilizado um *link* por meio da equipe gestora aos professores que trabalham na escola.

Considerando que se trata de uma pesquisa exploratória, é a partir da coleta de dados que buscamos compreender o fenômeno investigado. Desta forma, apresentaremos a discussão dos dados a partir de categorias de análise definidas *a priori*: a) experiência pessoal da formação do professor; b) percepção do professor sobre a modalidade do EAD na formação de professor; c) aspectos positivos e negativos da modalidade EAD na formação do professor.

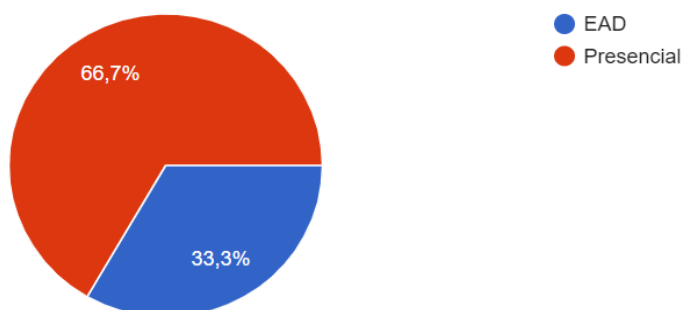
Ressaltamos que o trabalho foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa do Unibave e foi aprovado por meio do Parecer Consubstanciado de número 6.141.951.

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Apresentamos, na sequência, os resultados e discussões da pesquisa aplicada com os professores de uma escola localizada no sul de Santa Catarina. Primeiramente, buscamos saber a formação inicial dos professores, sendo que, dos seis professores entrevistados, cinco têm formação inicial em disciplinas específicas, como Licenciatura em Matemática ou Letras, e uma professora tem a sua formação inicial em Pedagogia. Nosso intuito em saber a área da formação inicial de cada pesquisado diz respeito a articular com as próximas questões a serem apresentadas nesta seção.

O segundo questionamento, fechado, diz respeito à modalidade de estudo escolhida pelo professor para a realização da sua graduação. Dos entrevistados, 66,7% fizeram a sua formação na modalidade presencial e 33,3% fizeram a graduação na modalidade em EAD, conforme apresentamos no gráfico 1:

Gráfico 1: modalidade escolhida para a formação na graduação.



Fonte: dados da pesquisa, 2023.

Retornando aos dados encontrados no site INEP (Brasil, 2022b), entre os anos de 2011 e 2021, houve mais ingressantes nos cursos de graduação na modalidade em EAD (62,8%) do que na modalidade presencial (37,2%). Em 2022, o Censo de Educação Superior 2022 indicou que a modalidade EAD registrou 3 milhões de ingressantes no ano, um aumento de 87% em relação ao ano de 2014, por exemplo. Além do mais, com esse grande número de ingressantes na modalidade, é preocupante saber qual é a qualidade de ensino que oferecem essas instituições, levando em conta como disponibilizam suas disciplinas e suas regulamentações, tendo em vista que devem formar um acadêmico que tem pouca experiência e atividades teórico-práticas em sua primeira formação. Conforme informações do instituto:

Em 2022, foram registradas 1.669.911 matrículas desse tipo de curso. Desse total, 571.929 estão em instituições públicas e 1.097.982 em instituições privadas. Nos cursos de Licenciatura, os ingressantes de cursos EaD representam 93,7% na rede privada, enquanto na rede pública são 22,2% nessa modalidade. Dentre os cursos de licenciatura, o curso de Pedagogia

abarca quase a metade dos alunos matriculados (49,2%) ou pouco mais de 821 mil alunos matriculados (Brasil, 2023, s/p).

Os dados apresentados refletem a expansão da EAD, sobretudo nas instituições privadas. Porém, na escola pesquisada, a maioria dos professores obteve sua primeira formação na modalidade presencial, com exceção dos professores 1 e 5, que fizeram sua formação inicial a distância - sendo que o professor 1 é formado em pedagogia. A escolha da modalidade é uma decisão individual do aluno e de suas condições pessoais, sobretudo econômico-financeiras. Ademais, devemos levar em conta que a expansão do EAD, que ocorreu a partir do decreto nº 5.622/05, revogado pelo Decreto nº 9.057/17, foi decisiva na regulamentação e oferta da educação a distância no Brasil até o momento.

O terceiro questionamento, aberto, diz respeito ao profissional relatar como foi a sua experiência e a sua percepção sobre a modalidade escolhida. As respostas foram categorizadas por proximidade e incidência entre elas. As respostas estão apresentadas no quadro 1:

Quadro 1: Relato da experiência e a sua percepção sobre a modalidade escolhida para a formação inicial

Participantes	Respostas
Professor 1	Minha experiência foi ótima e tive uma ótima formação.
Professor 2	Maravilhosa porém cansativa pois precisava me deslocar até Tubarão 5 dias por semana.
Professor 3	A formação presencial proporciona ao estudante muito mais aprendizado, pois a interação proporcionada em sala de aula com os colegas e professor é insubstituível. Minha experiência foi muito proveitosa, tentei adquirir o máximo de conhecimentos possíveis no momento em que estava estudando. Além dos conhecimentos matemáticos pude me tornar uma pessoa mais independente e adquirir também conhecimentos de vida.
Professor 4	Para mim foi ótima, pois pude trocar experiências entre colegas e professores. Além disso, na época (1988) não havia muitas ofertas de graduação a distância.
Professor 5	Uma formação boa pois o aluno tem que ser responsável pelo seu estudos.
Professor 6	Minha experiência foi muito boa. Acredito que a graduação presencial tenha me ajudado muito no quesito aprendizagem, pois a troca de experiências foi muito maior.

Fonte: dados da pesquisa, 2023.

Conforme as respostas, todos relatam uma boa experiência com sua modalidade formativa. Com relação aos que fizeram a formação na modalidade presencial (professor 2, 3 e 4), destacamos que a interação entre estudantes e professores se torna fundamental para o aprendizado do estudante, ainda que tenha situações de deslocamento, como destacado pelo professor 2. Os professores 1 e 5, que escolheram a modalidade EAD para a sua formação, pontuam que tiveram uma boa formação, mas que o aluno precisa ser responsável por seus estudos.

Fica claro que os professores que realizaram a sua formação na modalidade presencial tiveram uma experiência boa e que o contato presencial com o professor agregou muito mais à sua formação, enquanto os que se formaram no EAD relatam que cabe ao estudante buscar as informações e adquirir autodisciplina para cumprir os objetivos e as atividades - o que pode ser desafiador para um acadêmico em sua primeira formação inicial. Acreditamos que, ao concluir um curso superior em alguma licenciatura na modalidade presencial, o graduando terá mais oportunidades de interação entre colegas e professores, além de adquirir mais prática de vivência para uma sala de aula. Além do mais, o aumento da formação de professores na modalidade EAD já tem se tornado preocupação, inclusive do MEC. Em notícia publicada na Folha de São Paulo (2023), o Ministro da Educação, Camilo Santana, diz que os professores precisam ser formados em cursos presenciais e ainda pontua que “podemos utilizar o ensino em EAD, mas para complementar e aperfeiçoar. O professor não pode ser formado sem experiência prática, sem ter experiência em sala de aula”.

Portanto, quando se trata de uma formação inicial do professor, que não tem nenhuma vivência relacionada a como estar em frente a uma sala de aula, realizar sua primeira formação na modalidade presencial é importante, pois o aluno tem interações com os professores especialistas nas áreas que lecionam e possibilitam aos acadêmicos adquirir conceitos e experiências que vão além do senso comum, em uma ressignificação constante sobre a prática pedagógica. Por exemplo, as atividades de reflexão e debates, eventos acadêmicos e estágios proporcionados pelos cursos auxiliam o futuro professor a desenvolver habilidades sociais, como comunicação, trabalho em grupo e colaboração.

No caso específico do EAD, em relação à formação inicial, também há a questão da pouca experiência prática (não no sentido de prática cotidiana, mas de prática Saberes Pedagógicos, Criciúma, v. 8, nº2, julho/dezembro - 2024.– Curso de Pedagogia– UNESC

crítico-reflexiva) durante o curso, uma vez que a modalidade oferece apenas teorias e conteúdos disponibilizados nas plataformas de ensino, com auxílio de um tutor que acompanha o estudante em suas dúvidas para todos os conteúdos. A ausência de contato presencial dificulta a compreensão dos conceitos complexos e, em casos de dúvidas, o feedback do professor não é de forma imediata. Assim, entendemos que é crucial que a formação docente oportunize condições de estudos teórico-práticos e possibilite ao aluno ter contato com contextos reais e desenvolver habilidades pedagógicas aprendidas.

Outro questionamento buscou saber a escolha e o motivo do professor para optar a modalidade que escolheu, conforme Quadro 2:

Quadro 2: Motivo da escolha da modalidade que o professor optou para a sua primeira formação

Participantes	Respostas
Professor 1	Por ter casa, filhos, esposo e fazer uma graduação presencial não seria viável no momento.
Professor 2	Escolhi fazer presencial pois na minha opinião o ensino e aprendizado é melhor.
Professor 3	Na época em que iniciei a faculdade, licenciatura em matemática só era ofertada presencialmente.
Professor 4	Porque passei no vestibular e era a minha chance de estudar na época.
Professor 5	Porque eu tinha que trabalhar e estudar.
Professor 6	Pois acredito que a graduação presencial auxilia mais no aprendizado dos alunos.

Fonte: dados da pesquisa, 2023.

Diante das respostas, podemos observar que o curso superior na modalidade presencial demanda tempo e um comprometimento diário para comparecer às aulas, e, para alguns alunos, se torna inviável, como destacou o professor 1, em relação à questão familiar, e o professor 5, que mencionou que precisava estudar e trabalhar - o que entendemos que é a realidade da imensa maioria dos estudantes desse nível de ensino em todo o país.

Entendemos que, com a expansão do ensino superior, há uma nova realidade e público de estudantes nas instituições de ensino, mas cabe ao futuro profissional, se organizar para o enfrentamento de uma outra etapa de sua vida de estudante e adequar sua rotina e condições diárias, mesmo sabendo que é um desafio a ser enfrentado. Além do mais, se as dificuldades

enfrentadas afetam seu rendimento na modalidade presencial, também pode haver interferência na modalidade EAD.

Ao nosso entender, é um tipo de cenário que acaba atraindo determinado público em específico, sobretudo tendo em vista que cursos na modalidade em EAD são, majoritariamente, na área das licenciaturas, reforçando um entendimento de senso comum de que as licenciaturas são cursos mais fáceis e menos valorizados e que, assim, podem ser cursados na modalidade EAD. Um cenário que condiz com os dizerem de Mendonça et al. (2020, p. 159) quando relatam:

À busca pela inclusão de indivíduos que estão fora do sistema educacional e pela tentativa de melhorar os índices da educação no país, com base no pressuposto de que o nível de qualificação dos professores é diretamente proporcional à qualidade do ensino e ao nível de desempenho dos alunos.

Ainda sobre o questionamento sobre a escolha da modalidade, trazemos as perspectivas de professores que realizaram a formação de forma presencial. Encontramos uma convergência de opiniões dos professores 3 e 6, que têm a finalidade em expressar que acreditam que a graduação presencial interfere de uma forma melhor na aprendizagem. Ademais, o esforço e o comprometimento do aluno que frequenta uma IES (Instituição de Ensino Superior), seja presencial ou EAD, são de total responsabilidade própria de seus estudos. Conforme Martins e Ribeiro (2019, p. 12) pontuam: “o impacto do ensino superior no indivíduo é determinado pela qualidade do esforço e pelo nível de envolvimento de atividades acadêmicas e não acadêmicas do estudante ao longo do período em que ele está cursando o ensino superior”.

No sexto questionamento, aberto, buscamos entender a percepção dos entrevistados sobre a equivalência do certificado da formação EAD à formação presencial e pedimos que se justificassem, conforme o Quadro 3:

Quadro 3: Percepção dos entrevistados sobre a equivalência dos certificados nas formações em EAD e em presencial

Participantes	Respostas
---------------	-----------

Professor 1	Sim. Porque sabendo dar o seu melhor e estudar com dedicação todos adquirimos muito conhecimento.
Professor 2	Não, acredito que presencial é muito mais válido.
Professor 3	Acredito que é equivalente sim, se o aluno tiver interesse em aprender e buscar os conhecimentos ele vai obter o aprendizado para a sua formação.
Professor 4	Para muitos não, pois a formação presencial permite mais trocas de conhecimentos, práticas, estudos compartilhados. Atualmente, com a inteligência artificial em alta, é difícil saber na EAD quem está realizando as atividades realmente.
Professor 5	Sim, há equivalência.
Professor 6	Não, pois acredito que a formação presencial agrega mais conhecimento porque há uma mais troca de experiências e também maior cobrança.

Fonte: dados da pesquisa, 2023.

As respostas mais significativas no quesito positivo indicam que, se houver comprometimento e dedicação do aluno, terá obtenção para a sua formação, como respondeu o professor 1, que é formado no EAD. Já na visão dos entrevistados que falam que não há equivalência, indicam que o ensino presencial é muito mais válido por agregar mais conhecimentos, experiências, estudos compartilhados e maior cobrança de professores para os alunos, como enfatizam os professores 4 e 6.

Diante das respostas, percebemos que há opiniões distintas: quem fez EAD entende que tem a mesma validade, e quem fez presencial entende que é outro tipo de experiência formativa. Nosso entendimento converge para a compreensão de que os métodos de ensino, as interações, práticas e experiências compartilhadas, e as exigências dos professores em relação às aprendizagens dos acadêmicos, e entre outras diferenças, contribuem para que, de fato, sejam experiências diferentes. Portanto, entendemos que a educação presencial é uma educação direta entre professor e aluno e contribui para uma melhor aprendizagem pela troca de saberes. Segundo Gomes (2010 p. 3), “no ensino presencial, o convívio entre as pessoas e a troca de experiências por meio de diálogo auxiliam no processo de ensino e podem fornecer a bagagem necessária para os desafios que serão enfrentados após a conclusão do curso”.

Contudo, na educação a distância, a aprendizagem ocorre por meio dos recursos tecnológicos, que cabem como instrumento de ensino aos alunos. Em vista disso, Costa et.al (2014, p. 2.089) descreve que: “nas duas modalidades de ensino a aprendizagem acontece,

mas de formas distintas, já que cada uma apresenta o conteúdo de uma forma ao aluno e este deve adaptar-se para aprender”. Diante disso, temos de levar em conta a qualidade de ensino que a instituição propõe e se os conteúdos impostos atendem às necessidades para completar a formação de forma que os diplomas sejam reconhecidos e respeitados no mercado de trabalho. Entretanto, cumpre destacar que, legalmente, o diploma de ambas as modalidades tem o mesmo valor para exigências legais, por meio do Decreto n.º 5.622/2005 que regulamentou a equivalência entre os diplomas. Conforme o documento: “Os diplomas e certificados de cursos e programas a distância, expedidos por instituições credenciadas e registrados na forma da lei, terão validade nacional” (Brasil, 2005, cap. I, art. 5). Ainda assim, o que temos observado no último ano é uma volta ao debate na necessidade de rever a formação do professor nessa modalidade, como mencionamos anteriormente.

No último questionamento, pedimos para os pesquisados elencarem, em suas percepções, pontos positivos e negativos na formação inicial na modalidade EAD. Os dados são expostos no quadro 4:

Quadro 4: Pontos positivos e negativos na formação inicial na modalidade EAD, segundo os pesquisados

Pontos positivos	Pontos negativos
<ul style="list-style-type: none">- Flexibilidade de horários- Estudos em casa.- Menor custo com mensalidades, transporte e alimentos.- Flexibilidade na organização de seus estudos- Facilidade em ingressar em uma universidade.	<ul style="list-style-type: none">- Estudo individual- Ausência de trocas de experiências, interações e conhecimentos.- Alunos estudam apenas para entrega de trabalhos e em avaliações.- Rotina corrida não disponibilizando tempo para estudos.- Terceirização de diplomas.

Fonte: dados da pesquisa, 2023.

A formação inicial de professores na EAD tem sido um tema amplamente debatido na educação contemporânea. Ao analisar as perguntas e respostas fornecidas pelos professores, podemos observar uma série de pontos positivos e negativos associados a essa modalidade de ensino.

Os pontos foram agrupados por proximidades das respostas. Além disso, na parte negativa, o professor 3, formado na modalidade presencial, ainda salienta: “que por virtude de uma rotina intensa, o acadêmico acaba apenas realizando as atividades obrigatórias solicitadas pelo curso”. Os professores 2 e 4, também formados na modalidade presencial, comentam, respectivamente, que: “os alunos estudam apenas entregas de trabalho e avaliações” e “para o aluno que só quer o diploma, pode terceirizar os trabalhos e acabar sendo um mau profissional”.

Como previsto nas respostas, um dos maiores desafios da EAD é a falta de interação entre professores e alunos, como apontado por vários pesquisados. A ausência de discussões e interações presenciais pode resultar em uma menor troca de experiências e dificuldade em esclarecer dúvidas. O professor 3 destaca que muitos alunos apenas estudam para cumprir os requisitos mínimos, evidenciando uma possível falta de profundidade no aprendizado quando comparado ao ensino presencial.

Ao analisar esses pontos, é fundamental considerar o contexto mais amplo da EAD. Nesse contexto, a interação social e a colaboração são componentes essenciais para um aprendizado significativo. A falta de interação, conforme mencionado pelos professores, pode ser prejudicial ao desenvolvimento educacional dos alunos. Adiante, a EAD pode apresentar também algumas desvantagens por não contribuir com a socialização e interação presencial entre alunos e docentes, o que afeta a troca afetiva direta de experiências. Afinal, educar requer afeto, diálogo, atenção. A aprendizagem do aluno depende de uma elaboração de planejamentos que devem ser selecionados visando atender a uma diversidade de pessoas que farão uso dele, visto que estas possuem características e necessidades diferenciadas.

No quesito positivo, os professores entrevistados destacam que flexibilidade de horários como um ponto positivo, permitindo que os estudantes organizem seus estudos em torno de suas rotinas diárias, e podendo ser mais acessível financeiramente, economizando em despesas de transporte e alimentação. Ademais, hoje a EAD é vista como uma acessibilidade aos estudantes que enfrentam desafios diários para obter um estudo na profissão que desejam seguir. Portanto, em questões financeiras, é sabido que, na atualidade, há várias oportunidades de bolsas de estudos e, muitas vezes, o percentual recebido na modalidade presencial torna o valor a ser pago nas mensalidades menor ou até mesmo com gratuidade de 100%.

Saberes Pedagógicos, Criciúma, v. 8, nº2, julho/dezembro - 2024.– Curso de Pedagogia– UNESC

Conforme Valente (2003, p. 139) “o grande número de pessoas a serem educadas no Brasil através da modalidade EAD revela a intensidade elevada de novas informações que ocorrem em um mundo altamente tecnológico”. Dessa forma, o processo de ensino deve ser baseado em programas dinâmicos e atrativos, sendo a EAD uma ferramenta com possibilidade de atender esses requisitos propostos. Entretanto, entendemos que pode ser uma oportunidade de conquistar um diploma, porém, muitas vezes, com um ensino em massa, superficial e que é baseado somente nas entregas feitas (que muitas vezes podem nem ter sido feitas pelos estudantes).

É um cenário que, em algumas áreas, tem sido evidenciado como negativo. Uma matéria publicada no site da Cofen (Congresso Federal de Enfermagem), em 2023, menciona que a justiça suspendeu autorizações para formações em EAD na área da saúde. Dorisdaia Humerez, representante da Cofen, diz: “a área da Saúde, em especial a Enfermagem, exige habilidades teórico-práticas e relacionais, que não podem ser desenvolvidas sem contato com professores, pacientes e equipamentos de Saúde”. Nesse caso, podemos entrar em consonância que não somente na área da saúde um ensino a distância se tornaria precário - que ainda é um curso que necessita de supervisão em atividades práticas - mas também nas áreas de licenciatura, em que o futuro professor irá educar e formar um cidadão crítico sem lidar com a prática de como enfrentar desafios diários durante toda a sua formação.

Em suma, ao analisar os resultados obtidos nesta pesquisa, fica claro que a escolha entre a modalidade presencial e a EAD para a formação inicial traz consigo uma série de complexidades. A diversidade de experiências e percepções dos pesquisados destaca tanto as vantagens quanto os desafios associados a ambas as formas de ensino.

É evidente que a expansão da EAD no cenário educacional brasileiro representa uma oportunidade para democratizar o acesso à educação, mas também requer uma abordagem cuidadosa para garantir a qualidade do ensino e a experiência de aprendizado dos alunos. A falta de interação e a necessidade de uma autodisciplina por parte dos alunos são desafios que precisam ser superados para que a EAD cumpra seu objetivo dentro de uma formação inicial.

Por fim, concordamos com a maioria das respostas dadas pelos professores, que transpassam a percepção do professor sobre a formação inicial na modalidade do EAD. No entanto, considerando que o EAD é, por vezes, compreendido como uma alternativa acessível

para aqueles que buscam formação, mas enfrentam desafios diários, é importante analisar que, durante a formação inicial, os estudantes podem adquirir habilidades e conhecimentos de maneira precária, resultando em uma falta de experiência prática para lidar com as demandas cotidianas de uma sala de aula.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste trabalho foi analisar a percepção de professores sobre a formação inicial na modalidade EAD. Considerando os resultados e discussões na modalidade presencial e EAD, é possível extrair algumas considerações e percepções sobre as modalidades.

No que se diz respeito à formação inicial, observou-se que a maioria dos professores optou pela modalidade presencial. Os motivos pelas escolhas foram a busca por interação direta com o professor e trocas de vivências que agregam na formação da profissão.

Percebemos que, na visão dos professores, a modalidade EAD pode ser vista como acessibilidade para conseguir um diploma, porém enfrenta desafios durante a sua formação, como ausência de interações para troca de experiências e práticas que ajudam no cotidiano do futuro professor, a qualidade do ensino ofertado e a autodisciplina que um acadêmico da modalidade deve ter para realizar os seus estudos.

Ainda assim, os resultados também trazem contradições do fenômeno como um todo. As visões que os professores têm sobre as modalidades têm várias contradições como, se o aluno na modalidade EAD se dedicar, ele adquire os mesmos conhecimentos da modalidade presencial, pois, legalmente, há equivalência na validade do diploma. Mas, também afirmam que, em muitos casos, não há validade, pois faltam aspectos importantes para a formação docente e para os futuros desafios a serem enfrentados.

A pesquisa também retrata a preocupação com a falta de experiência prática na modalidade EAD em áreas que precisam de habilidades teórico-práticas. Além disso, a ausência de interação pode comprometer a socialização e colaboração com os futuros alunos na aprendizagem significativa.

Em última análise, a escolha entre o ensino presencial e a EAD deve levar em consideração não apenas as preferências individuais dos alunos, mas também a qualidade do programa educacional, a estrutura de suporte ao aluno e a sua dedicação pessoal. Ambas as modalidades têm seu lugar no cenário educacional, e a conclusão do ensino superior está ligada à capacidade de adaptar-se às necessidades e em uma constante evolução dos alunos, proporcionando assim uma educação eficaz e significativa.

O estudo serve de reflexão e continuidade para pesquisas futuras, discussões e debates para ampliar a amostra, realizar análises de regulamentações previstas na educação, comparar as modalidades e incluir gestores, coordenadores e alunos. Além do mais, investigar inovações tecnológicas e analisar políticas educacionais auxiliam a entender o processo de formação de professores, contribuindo para práticas eficazes no cenário educacional.

Referências

AGUIAR, Márcia; SCHEIBE, Leda. Formação de profissionais da educação no Brasil: o curso de pedagogia em questão. **Revista Educação & Sociedade**, ano XX, nº 68, dezembro, 1999, p. 220-238. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/es/a/N94VZPNKqFxxLJPLDJvbjdS/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 12 out. 2023.

APPOLINÁRIO, Fabio. **Dicionário de Metodologia Científica**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

BELLONI, Maria Luiza. Ensaio sobre a educação a distância no Brasil. **Educação & sociedade**, v. 23, p. 117-142, 2002. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/es/a/yvpWm7vFNqhpZYMtjn8kHZD/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 13 mai. 2023.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Art. 80. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm#art80. Acesso em: 21 ago. 2023.

BRASIL. **Resolução CNE/CP 1, de 18 de fevereiro de 2002**. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_02.pdf; Acesso em: 23 ago. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005.** Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: https://abmes.org.br/arquivos/legislacoes/Dec_5622_191205.pdf. Acesso em: 23 de ago. 2023.

BRASIL. **Resolução nº 2, de 1º de julho de 2015.** Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior e para a formação continuada. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/agosto-2017-pdf/70431-res-cne-cp-002-03072015-pdf/file>. Acesso em: 08 set. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 9.057/17.** Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/d9057.htm Acesso em: 08 set. 2023.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, INEP. **Ensino a distância cresce 474% em uma década. Brasília:** Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, INEP, 2022a. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/censo-da-educacao-superior/ensino-a-distancia-a-cresce-474-em-uma-decada>. Acesso em: 15 abr. 2023.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Ensino a distância se confirma como tendência. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, INEP, 2022b. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/censo-da-educacao-superior/ensino-a-distancia-a-se-confirma-como-tendencia>. Acesso em: 17 out. 2023.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, INEP. **EaD registra 3 milhões de ingressantes em 2022.** Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, INEP, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/censo-da-educacao-superior/ead-registra-3-milhoes-de-ingressantes-em-2022>. Acesso: 27 de set. 2023

BURCI, Taissa Vieira Lozano et al. Educação a Distância: o uso das tecnologias como instrumento de inclusão educacional e social. *In: Colloquium Humanarum.* 2017. p. 46-51. Disponível em: [file:///C:/Users/Professor/Downloads/EDUCACAO_A_DISTANCIA_O_USO_DAS_TECNOLOGI%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Professor/Downloads/EDUCACAO_A_DISTANCIA_O_USO_DAS_TECNOLOGI%20(1).pdf). Acesso em: 20 set. 2023.

CAVALCANTE, Margarida Jardim. **CEFAM: uma alternativa pedagógica para a formação do professor.** São Paulo: Cortez, 1994. Rio de Janeiro: Antares, 1986.

Congresso Federal de Enfermagem (CONFEN), (2023). **Justiça suspende autorizações de novos cursos EAD na Saúde**. Disponível em:

<https://www.cofen.gov.br/justica-suspende-autorizacoes-de-novos-cursos-ead-na-saude/>
Acesso em: 09 nov. 2023.

COSTA, Vânia Medianeira Flores, et al. Educação a Distância x Educação Presencial: como os alunos percebem as diferentes características. **Congresso Brasileiro de Ensino Superior a Distância (ESUD)**. Vol. 11. 2014. p. 2088 – 2102. Disponível em:

<https://esud2014.nute.ufsc.br/anais-esud2014/files/pdf/126878.pdf>. Acesso em: 18 out. 2023.

DENZIN, N. K. e LINCOLN, Y. S. Introdução: a disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. In: DENZIN, N. K. e LINCOLN, Y. S. (Orgs.). **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006. p. 15-41. Acesso em: 15 abr. 2023.

DOMINGUES, Alex Torres. A interiorização da EAD nas instituições públicas de educação no estado de Mato Grosso do Sul: avanços e perspectivas. **Horizontes-Revista de Educação**, v. 7, n. 14, p. 91-106, 2019. Disponível em:

<https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/horizontes/article/view/10855/5474>. Acesso em: 17 set. 2023.

FAZENDA, I.C.A. **Didática e interdisciplinaridade**. 13. ed. São Paulo: Papirus, 2008.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Precisamos formar professores presenciais, diz ministro**.

Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2023/09/precisamos-formar-professores-em-cursos-presenciais-diz-ministro-da-educacao.shtml>. Acesso em: 29 out. 2023.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, R. **EAD X Ensino Presencial**. Blog 20dizer-isso, 2010. Disponível em:

<https://20dizer-isso.blogspot.com/2010/06/ead-x-ensino-presencial.html> Acesso em: 7 nov. 2023.

HILSDORF, M. L.S. **Pensando a educação nos tempos modernos**. 2 ed. São Paulo: EDUSP, 2015.

LIBÂNEO, J.C. **Didática**. São Paulo: Cortez, 2004.

LEVY, P. **Cibercultura**. 13. ed. São Paulo: Ed 34, 2020.

MALANCHEN, Júlia. Uma análise crítica sobre as políticas para a formação de professores a distância no Brasil. **Cadernos de Pesquisa: Pensamento Educacional**, v. 6, p. 69-96, 2011. Disponível em:

https://app.utp.br/cadernosdepesquisa/pdfs/cad_pesq13/6%20_uma_analise_cp13.pdf. Acesso em: 21 set. 2023.

MARQUES, Ronualdo; DE JESUS LELIS, Diego Andrade; GONZALEZ, Carlos Eduardo Fortes. Pontos positivos e pontos negativos: no trabalho docente frente à virtualização de emergência na educação no contexto da pandemia da Covid-19. **Revista Valore**, v. 8, p. 8051, 2023. Disponível em:

<https://revistavalore.emnuvens.com.br/valore/article/download/1062/1117>. Acesso em: 20 out. 2023.

MARTINS, Letícia; RIBEIRO, José Luis Duarte. Proposta de um modelo de avaliação do nível de engajamento do estudante da modalidade a distância. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)**, v. 24, n. 1, p. 8-25, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/aval/a/h6BHwjD6qsHyjpKcsnsMSCj/?lang=pt>. Acesso em: 8 out. 2023.

MEDEIROS, João Bosco. **Redação Científica: práticas de fichamentos, resumos, resenhas**. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MENDONÇA, José Ricardo Costa; *et al.* **Políticas públicas para o Ensino Superior a Distância: um exame do papel da Universidade Aberta do Brasil. Ensaio: avaliação e políticas públicas em Educação**, v. 28, n. 106, pp. 156-177, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ensaio/a/KqbwypZHJBL6jrFNp3pDr4S/>. Acesso em: 14 set. 2023.

MUGNOL, Márcio. A Educação a Distância no Brasil: conceitos e fundamentos. **Diálogo Educ.**, Curitiba, v. 9, n° 27, p. 335-349, 2009. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/1891/189117298008.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2023.

PEREIRA, Jaqueline Gomes. RODRIGUES, Ana Paula. **O ensino a distância e seus desafios. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**. Ano 06, Ed. 07, Vol. 07, pp. 05-20. Julho de 2021. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/o-ensino>. Acesso em: 10 mai. 2023.

ROMERO, Maria Helena Cicci. ROMERO, Márcia Cicci. O percurso histórico da formação de professores: do século XVIII à promulgação da LDB. **X Seminário Nacional do Histedbr - UNICAMP**. 2016, p. 1-20. Disponível em: <https://www.fe.unicamp.br/eventos/histedbr2016/anais/pdf/876-2780-1-pb.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2023.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2008.

SAVIANI, Dermeval. Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro. **Revista Brasileira de Educação**, v. 14, p. 143-155, 2009. Disponível em:

Saberes Pedagógicos, Criciúma, v. 8, n°2, julho/dezembro - 2024.– Curso de Pedagogia– UNESC

<https://www.scielo.br/j/rbedu/a/45rkkPghMMjMv3DBX3mTBHm/?format=pdf&lang=pt>.
Acesso em: 13 jul. 2023.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. Cursos a distância respondem por 6 a cada 10 professores formados em 2020 no Brasil. 2022. Disponível em: <https://todospelaeducacao.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2022/07/nota-tecnica-panorama-dos-concluintes-em-cursos-de-formacao-inicial-de-professores.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2023.

VALENTE, José Armando. Educação a distância no ensino superior: soluções e flexibilizações. **Interface-Comunicação, Saúde e Educação**, v. 7, n.12, p. 139-142. 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/hpmXvYTD5kxZ3RGjLv5MgFP/?lang=pt>. Acesso em: 18 out. 2023.

VICENTINI, P. P.; LUGLI, R. G. **História da Profissão Docente no Brasil**: representações em disputa. São Paulo: Cortez, 2009.